

**RELAÇÃO ENTRE GASTOS PÚBLICOS E OS SETORES DE
EDUCAÇÃO E SAÚDE NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: UM
ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO PARANÁ**

**RELATIONSHIP BETWEEN PUBLIC EXPENDITURE AND THE
EDUCATION AND HEALTH SECTORS IN MUNICIPAL
DEVELOPMENT: A STUDY IN MUNICIPALITIES IN NORTH OF
PARANÁ**

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Luciano Matias Diniz, Univ. Estadual do Norte do Paraná, Brasil, dinizlm@uenp.edu.br

Marcos Daniel Silveira Junior, Univ. Estadual do Norte do Paraná, Brasil, marcossilveira98@hotmail.com

Edson Dias, Univ. Estadual do Norte do Paraná, Brasil, edsondias@uenp.edu.br

Resumo

O Orçamento, bem como as políticas públicas, tem como finalidade o atendimento das demandas públicas, apresentando assim um ambiente de resultado de causa efeito. Neste contexto, onde a execução orçamentária é ator principal no alcance dos objetivos propostos, o presente estudo buscou verificar as variações do desempenho municipal da região do Norte do Paraná em relação aos gastos executados nas áreas de educação e saúde. Partindo da alocação orçamentária dos gastos públicos, este artigo relaciona os valores executados nestas naturezas, em razão dos índices de desenvolvimento municipal medidos pelo FIRJAN, considerando o período de 2013 a 2016. Os resultados trazem que 03 (três) municípios trouxeram resultados negativos em saúde e 05 (cinco) municípios, em educação. Os demais municípios trouxeram resultados positivos em seus diversos graus de significância, mostrando, por tanto, correlação entre as variáveis apresentadas.

Palavras-chave: Educação; saúde; desempenho; IFDM; gasto.

Abstract

The Budget, as well as public policies, aims to meet public demands, thus presenting an environment of result of cause and effect. In this context, where budget execution is the main actor in achieving the proposed objectives, the present study sought to verify the variations in municipal performance in the North of Paraná region in relation to expenditures in the areas of education and health. Starting from the budgetary allocation of public expenditures, this article lists the values executed in these types, due to the municipal development indices measured by FIRJAN, considering the period from 2013 to 2016. The results show that 03 (three) municipalities brought negative health results and 05 (five) municipalities, in education. The other municipalities brought positive results in their varying degrees of significance, thus leading to a correlation between the variables presented.

Keywords: Education; health; performance; IFMD; spending.

1. INTRODUÇÃO

O gasto público tem sido alvo de preocupações assíduas na economia, especialmente nos impactos que o mesmo causa na qualidade de vida dos indivíduos. A sociedade espera cada vez mais resultados satisfatórios com o uso dos recursos públicos, o que exige da gestão pública uma maior atenção na alocação dos valores repassados aos seus diversos setores.

Espera-se um valor cada vez mais expressivo nos orçamentos públicos no que concerne a educação e saúde, buscando assim, não só uma melhor qualidade de vida, mas também um bem estar social e boas perspectivas para o futuro.

Entende-se que as variações dos montantes repassados aos entes públicos refletem diretamente no desenvolvimento econômico local. Neste âmbito, buscar-se-á relacionar o montante repassado pelos municípios do norte do Paraná às áreas de educação e saúde de acordo com o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal IFDM, a fim de esclarecer se há ou não correlação entre essas duas variáveis nesses municípios.

Neste contexto, a questão de pesquisa é: Como se relacionam as transferências dos recursos públicos nas áreas de educação e saúde e o desenvolvimento municipal medido pelo índice Firjan nos municípios do norte do Paraná?

Considerando ambiente histórico, “o setor público brasileiro apresenta uma estrutura departamental e burocrática, o que dificulta a coordenação das atividades e diminui a eficiência e a eficácia de seus serviços” (Biazzi, Muscat y Biazzi, 2011, p. 869). Assim, o artigo justifica-se na necessidade de uma maior transparência da eficiência ou não dos gastos públicos desses municípios e, portanto, auxiliar os gestores públicos a respeito dos reflexos da alocação desses gastos, bem como o debate sobre a eficiência do gasto público em si.

Partindo dessa introdução, haverá um breve referencial teórico com o intuito de esclarecer a importância dos temas abordados no presente estudo. Em um terceiro momento, será abordada a metodologia, onde serão expostas as fontes e os métodos utilizados. Em seguida, será executada a análise de dados e por fim, serão apresentados os resultados da pesquisa seguidos de uma breve conclusão dos resultados obtidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gasto Público

Gasto público é todo o repasse financeiro que tem como objetivo satisfazer as necessidades da sociedade gerando a obrigação de um futuro desembolso para que se cumpram as exigências da lei e também as opcionais. Gasto é o meio em que se financiam as políticas públicas, tornando-se parte do orçamento (Bezerra; Filho, 2006).

Compreendem como gastos públicos as despesas fixadas por meio de lei orçamentária ou lei especial, cujo objetivo é atuar em prol dos serviços públicos e expandir o patrimônio (KOHAMA, 2012).

Medeiros e Silva (2018) explicam que o gasto público é executado a fim de promover o exercício e a conservação dos serviços em prol da sociedade. Considerado como a primordial forma de atividade do governo na política fiscal, é por meio do gasto público que o governo define suas prioridades na execução de serviços a serem cumpridos (CRUZ et al, 2013).

Gastos públicos são compreendidos como a essencial forma do governo operar, sendo que por intermédio desses, ficam evidentes as intenções do governo em relação aos serviços públicos prestados e a realização de investimentos (ARAÚJO et al, 2010).

No que tange a despesa pública, Lima (2000) define como o montante de dispêndios do Estado com finalidade de pôr em prática os serviços públicos, ou seja, equivalem ao custeio das diferentes áreas da administração e seus investimentos.

Para efetuar suas diversas obrigações, Silva et al (2014) salientam que o Estado tem a necessidade de efetuar desembolsos financeiros, compreendidos como despesas governamentais.

Segundo a definição de Silva e Triches:

Os gastos públicos por grupo são divididos em: despesas correntes, que incluem despesas com salário, encargos sociais, outros gastos em bens e serviços, exceto pagamento de juros e encargos da dívida, e despesas de capital, que incluem os investimentos públicos, isto é, a acumulação ou a produção de bens duráveis (2014, p.549).

Equivocadamente, retrata-se que é sempre mais benéfico investir em acumulação de capital (despesa de capital) para alavancar a economia, partindo de uma visão equívoca de que o gasto com capital é produtivo e o gasto corrente é improdutivo (DIVINO JUNIOR, 2012).

Ressalta-se que ao Estado compreende a obrigação de executar desembolso financeiro para que se garanta que as necessidades, em suas diversas naturezas, sejam atendidas, tais como saúde e educação, utilizando-se do poder discricionário que lhe compete (BEZERRA; FILHO, 2006).

2.2. Gastos Sociais

Quanto maior a relevância que o governo der aos gastos sociais e quanto mais orientado eles forem para a população mais carente, tais gastos produzirão uma redução no grau da desigualdade social e na distribuição de renda. Isso não indica que um total enfoque em gastos sociais seja de única importância, sendo que a sociedade também tem outras necessidades, como a segurança econômica, por exemplo (CAMARGO, 2003).

Os argumentos universalistas têm como pauta a aplicação dos gastos sociais aos mais pobres, no entanto, são necessárias políticas universais para atingir esse objetivo. Apoiadores da política universal alegam que essas políticas abrangeriam a todos com igualdade de direitos sociais e cidadania, garantidos pela justiça distributiva (KERTENETZKY, 2006).

É nítido, nas palavras de Carvalho (2007), que há uma relação entre as políticas sociais e o crescimento econômico, sendo que, se a economia cresce e o PIB aumenta, fica evidente que mais empregos e renda são gerados, o que consente que as pessoas estejam atingindo um nível mínimo de vida fundamental para sua dignidade. Em contrapartida, os gastos com assistência social seriam diminuídos e poderiam ser alocados em outros investimentos com infraestrutura, o que causaria um maior aumento na economia, fornecendo mais emprego e renda, gerando um ciclo.

Hofling (2001) aponta que políticas sociais norteiam para a efetiva proteção social dada pelo Estado com o intuito de reduzir as desigualdades sociais e distribuição dos benefícios sociais formadas pelo desenvolvimento socioeconômico.

“As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social”. (HOFLING, 2001, p. 31).

A existência real dos direitos sociais seria expressa por uma série de políticas sociais que em execução trariam medidas para melhorar as condições de vida de grupos excluídos que, por tamanho ser o nível de marginalização, por vezes não conseguem ter acesso a tais políticas (PEREIRA, 2014).

O programa social mais conveniente criado na América Latina é o Bolsa Família, sendo o principal dentre os criados pelo governo Lula (2003 – 2011). O objetivo do programa é reduzir a pobreza e a desigualdade por meio de dispêndios governamentais voltados às famílias em situação de pobreza alarmante, dando a elas condições mínimas de consumo (ESTRELLA E RIBEIRO, 2018).

Freire et al. (2013) esclarecem que programas de transferência de renda, enfatizando o Bolsa Família, são fatores que acarretam modificações imediatas e de longo prazo. Tais modificações transcorrem quando os pais se vêem forçados a garantir o acesso a saúde e a educação dos filhos para não perderem o benefício, sendo assim, o Bolsa Família veio como uma forma de o governo reduzir os índices de desigualdade, combatendo a fome e abrindo acesso aos serviços públicos às famílias mais carentes.

2.3. Gastos com Educação

Gasto com educação não só favorece a educação, mas também alavanca beneficentemente outras áreas da sociedade, como saúde, renda e participação política. Quando o sistema de educação é apto, conjunto a uma boa infraestrutura tende-se a um melhor desenvolvimento social e melhor distribuição de renda (TARDA E RODRIGUES, 2015).

Partindo do princípio de que quanto maiores os gastos no quesito educação, melhor seria a qualidade no sistema educacional, Monteiro (2015) esclarece que tal fato acarreta em um alto nível de escolaridade e não fica evidente que o fato se deve somente a disponibilidade de recursos.

É nítido que é possível avaliar a qualidade e eficiência da educação partindo da forma com que o gasto é alocado pelos gestores públicos, sendo possível traçar quais os objetivos no que tange a educação, discutindo a quantidade dos dispêndios (CROZATTI et al, 2018).

Zoghbi et al (2011) descrevem que um dos dispêndios que ampara o avanço na alocação de recursos e corrige algumas das pendências de mercado é o gasto com a educação. Ressalta ainda que, mais que outros gastos, o gasto com educação é um dos que mais promove o crescimento.

Gastos públicos na educação são de suma importância em referência aos gastos sociais, pois constituem uma das bases que dão suporte e proteção à sociedade brasileira (ABRAHÃO, 2005).

Existe um elo entre a qualidade de ensino e os recursos utilizados, conforme evidencia Amaral e Menezes-Filho (2008), afirmando a necessidade de não só aumentar os gastos com educação, mas também introduzir políticas educacionais de incentivo.

Em relação à distribuição de gastos, Maia et al (2009) expõem que é mais benéfico alocar mais recursos em educação, pois promove uma melhora no capital humano, acarretando o desenvolvimento econômico.

Fica evidente, na visão de Panassol e Florissi (2018), que os repasses dos recursos são essências para o acréscimo e manutenção da educação, mas salienta que, mais importante que valor investido é a eficiência do gasto, sendo que não há como engessar um meio de transformar os recursos investidos em desempenho.

Os gastos com educação devem seguir dois caminhos, paralelamente. O primeiro seria deixar o ambiente escolar com condições para um bom aprendizado e, o segundo, efetuar dispêndios na área social a fim de melhorar o ambiente familiar, devendo-se considerar a família como fator influente na educação (KROTH E GONÇALVES, 2016).

Para Almeida e Gasparini (2011) educação tem sido considerada uma das áreas de maior relevância nos dias atuais, sendo que os dispêndios nessa área trazem benefícios tanto econômicos quanto não econômicos, como aumento na expectativa de vida e redução da criminalidade.

A educação é de suma importância no que tange ao que proporciona aos futuros cidadãos. Sendo um dos pilares do desenvolvimento econômico, propicia avanços aos municípios, estados e países, desde que os dispêndios sejam destinados de forma competente (REIS E JUNIOR, 2014).

2.4. Gastos com Saúde

O estudo de Faria et al (2008) resulta que a eficiência do gasto com saúde não é correlata a maior ou menor quantidade de dispêndios, sendo que, havendo um alto desembolso, mas tais recursos estiverem sendo mal aplicados, não haverá valência.

Mateus (2008) classifica a saúde tanto como um bem público quanto um bem privado. Bem público no que se refere à forma que uma pessoa menos saudável passa a ter uma menor produtividade, interferindo na economia. Bem privado quando se trata das carências individuais de cada indivíduo e integra também o capital humano, partindo do princípio de que uma pessoa saudável possui uma maior eficiência em sua jornada de trabalho.

A eficiência em saúde é entendida como a concordância entre o custo e o resultado das atividades sobre a saúde da sociedade, condicionado a um grau de qualidade. (VIACAVA et al, 2012)

Por se tratar de um indispensável recurso que está diretamente aliado com a vida e por ser direcionado a todos, o direito a saúde passa a ser universal e imprescindível. Razão essa que fez com que tal direito fosse reconhecido no plano constitucional brasileiro (RAMOS E ESQUIVEL, 2014).

Ainda que o custo com a saúde seja alto, existem outros fatores que podem estar ligados a uma má qualidade, como por exemplo, a má aplicação dos recursos. A falta de capacitação técnica, falta de materiais, instrumentos e médicos são possíveis causas de uma má qualidade no setor da saúde (MARINHO et al, 2001).

É de grande relevância que seja executada a análise da eficiência no setor da saúde para que se possa articular uma política pública de saúde considerando os resultados dessa análise com os recursos disponíveis (MARINHO 2003).

2.5. Desempenho Municipal

Uma das atenções contínuas da sociedade é saber se os impactos da alocação dos gastos públicos estão sendo satisfatórias, sendo que é a mesma quem financia a conservação dos programas voltados ao desenvolvimento municipal (DINIZ, 2016).

O gasto público, na definição de Diniz (2016), é um dos meios em que se mostram as intenções do governo, desta forma, verifica-se a importância de compreender qual gasto está causando alterações no desenvolvimento municipal, direta ou indiretamente.

A eficiência dos gastos em relação ao desempenho municipal é um fundamental meio de visualizar o trabalho dos gestores, podendo causar alterações nos indicadores de desenvolvimento e, como resultado, alterar a forma como o município é visto pelos agentes econômicos (ERVILHA et al, 2013).

Quando relacionado a programas sociais, a avaliação de desempenho é uma associação de métodos técnico-científicos ou técnico-operacionais que tem como propósito manifestar a eficiência, eficácia e efetividade que a intercessão de tais instrumentos resultam (MINAYO, 2005).

O desenvolvimento econômico, no que descrevem Schlindwein et al (2014), é visto como um processo que não é suscetível à mensuração, não obstante, há instrumentos que possibilitam quantificar tais processos.

Os indicadores de desenvolvimento mais conhecidos são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Contudo, outros indicadores, como o Indicador de Desenvolvimento Social (IDS), têm sido utilizados por pesquisadores com a finalidade de caracterizar mais abrangentemente o desenvolvimento de uma determinada localidade (SCHLINDWEIN *et al*, 2014, p.6).

Finkler e Dell’Aglío (2013) expõem um conceito mais específico, expressando que o propósito de se avaliar o desempenho de algo é trazer resultados sólidos que sirvam como suporte para a tomada de decisão de gestores e para a sociedade em geral. Também sendo útil para que se possa melhorar um programa ou serviço partindo do pressuposto de que a avaliação trará respostas a respeito das qualidades e fraquezas. É oportuno, similarmente no que se refere a medir resultados e impactos a fim de diferenciá-los de outros fatores, justificar os custos de determinado projeto e melhorar a visão que se tem a respeito de colocar ou não atividades futuras em prática.

2.5.1. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal foi estabelecido com a finalidade de se estimar o desenvolvimento social dos municípios. O IFDM analisa o desenvolvimento de mais de cinco mil cidades em três campos distintos: “saúde”, “educação”, “emprego e renda”. É orientado por meio de informações estatísticas acessíveis no Ministério do Trabalho, Educação e Saúde. Porém, vale ressaltar que o IFDM não analisa fatores voltados a políticas públicas, como o desempenho dos gestores. Não leva em conta também a avaliação do impacto que o gasto social proporciona à sociedade (SILVA et al, 2013).

O IFDM distingue-se dos demais índices de desenvolvimento porque impulsiona a administração a ter uma maior responsabilidade, sendo que, por meio da publicação desses indicadores, é possível aprimorar e receber suporte para a tomada de decisão no que tange aos locais onde é necessário investir mais recursos, bem como promover um melhor domínio da gestão fiscal municipal (FILHO E FIALHO, 2015).

Santos et al (2012) elucidam que o IFDM é contido em um intervalo de 0 a 1: sendo que, quanto mais próximo de um, melhor o desempenho do município avaliado. A respeito da variável “emprego e renda”, são examinadas a geração e a quantidade de empregos formais, salientando que a informalidade não é considerada nesse índice. Na educação, são consideradas as informações a respeito da educação infantil e do ensino fundamental, obtidas pelo MEC, não sendo considerados o ensino médio e o ensino superior. No que tange à saúde,

consideram-se os dados como o número de consultas pré-natal, taxas de óbito por razões mal definidas e taxa de óbitos infantis por causas que poderiam ser evitadas.

Segue abaixo o quadro que evidencia as variáveis que compreendem o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
• Geração de emprego formal • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	• Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas-aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental	• Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Quadro 1: Componentes do IFDM

Tal índice trabalha com quatro níveis para classificar o desenvolvimento dos municípios, podendo assim, comparar um município com o outro:

Baixo, para IFDM entre 0,0 e 0,4; regular, para IFDM entre 0,4 e 0,6; moderado, para IFDM entre 0,6 e 0,8; e alto, para IFDM entre 0,8 e 1,0. Os resultados são divulgados nas três dimensões do desenvolvimento: IFDM-Emprego e Renda (IFDM-ER), IFDM-Educação (IFDM-ED) e IFDM-Saúde (IFDM-SA), além do índice geral calculado pela média aritmética desses três últimos. (PEREIRA E MOREIRA, 2016, p.140).

3. METODOLOGIA

O estudo tem como intuito averiguar como os gastos públicos alocados em saúde e educação se relacionam com o desenvolvimento dos mesmos. Para tanto, o desenvolvimento municipal será mensurado pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), executando uma análise dos dados anuais publicados pelo mesmo, racionados em ranking, possibilitando particularizar as variações nos municípios nos períodos selecionados. Dessa forma, será possível relacionar os montantes transferidos à educação e à saúde dos municípios com o IFDM.

Partindo do pressuposto apresentado no levantamento teórico, no qual os gastos públicos atingem as demandas reais, este estudo busca testar a seguinte hipótese:

H1: Os montantes anuais dos repasses dos recursos públicos destinados às áreas de educação e saúde dos municípios do Norte do Paraná mantêm relação positiva com o desenvolvimento municipal, medido pelo IFMD.

A região em que o estudo será executado contempla os municípios do Norte do Paraná: Assaí, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Itambaracá, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do

Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí, totalizando 18 (dezoito) municípios.

O estado do Paraná possui uma população estimada em 11.348.937 habitantes (IBGE, 2018) e um PIB que equivale a 6,43% do PIB brasileiro (IPARDES, 2019). Dentre tais municípios, em um deles encontra-se a Universidade Estadual do Norte do Paraná (Campus Cornélio Procopio). Os municípios possuem o PIB semelhante, sendo essa a justificativa da escolha da amostra da pesquisa.

A pesquisa fará as análises no período de 2013 a 2016, sendo que são estes os últimos quatro anos que contém dados disponíveis no IFDM. Dessa forma, será possível observar a variação dos municípios no decorrer desses quatro anos.

A análise será realizada pelo método quantitativo, ou seja, serão levantados dados numéricos de uma determinada amostra e, a partir deles será possível fazer afirmações a respeito da mesma, testando assim, o impacto que uma determinada intervenção causa em um resultado (Creswell, 2010).

Serão utilizados tanto fontes bibliográficas quanto fontes documentais. As primeiras servirão de suporte no que diz respeito à necessidade do gasto público com educação e saúde, bem como a importância da avaliação de desempenho. Já as últimas irão evidenciar os valores dos repasses anuais nos balanços orçamentários das prefeituras e também os índices de desenvolvimento no IFDM, que evidencia a situação do município no que se refere ao seu desenvolvimento.

O levantamento bibliográfico tem por finalidade familiarizar a respeito do estudo, partindo de pesquisas já publicadas anteriormente em artigos científicos e livros, em maior parte (Gil, 2002).

Em contrapartida, a análise documental é o estudo de dados que ainda não receberam um tratamento mais analítico, ou que podem ser moldados de modo a satisfazer os objetivos da pesquisa (Gil, 2002).

Será feito a correlação estatística entre as duas variáveis (gasto público e desenvolvimento municipal) de forma a investigar se a alteração no valor de uma variável exerce variação no valor da outra. Dessa forma, será possível visualizar se as variações nos montantes repassados em educação e saúde nos municípios do Norte do Paraná impactam no desempenho municipal dos mesmos.

Quanto ao objeto da pesquisa, será utilizado a análise descritiva, no que descreve Gil (2002, p. 42) ter “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em um primeiro momento será executada uma análise em relação ao progresso dos gastos, partindo então para a investigação da evolução do IFDM de cada município, podendo assim, fazer uma correlação entre as duas variáveis e chegar ao resultado da pesquisa.

4. ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

Considerando as publicações anuais do IFDM, é possível visualizar as variações dos municípios entre os períodos de 2013 e 2016 analisando o tocante aos seus índices. O IFDM (2016) coloca em ranking 5.471 municípios, dentre os quais habita 99,5% da população. As cidades não integrantes são aquelas que não possuem dados ou ausência, insuficiência ou inconsistência nas informações.

MUNICÍPIO	2013		2014		2015		2016	
ÁREAS	Saúde	Educ	Saúde	Educ	Saúde	Educ	Saúde	Educ
Assaí	0,8754	0,8646	0,8600	0,8638	0,8123	0,8532	0,8215	0,8723
Bandeirantes	0,7085	0,7597	0,7438	0,7634	0,8159	0,8443	0,8602	0,8719
Congonhinhas	0,7191	0,7093	0,7824	0,7131	0,8169	0,7545	0,8578	0,7508
Cornélio Procópio	0,8233	0,7680	0,8263	0,7707	0,8534	0,7857	0,8754	0,7883
Itambaracá	0,6718	0,8392	0,7100	0,8203	0,8428	0,8396	0,8691	0,8198
Leópolis	0,7034	0,8160	0,7576	0,7798	0,8725	0,7733	0,8587	0,8277
Nova Am. da Colina	0,7416	0,7500	0,7454	0,7464	0,8738	0,7698	0,9030	0,8072
Nova Fátima	0,8257	0,6700	0,8453	0,7016	0,8474	0,7535	0,8098	0,7772
Rancho Alegre	0,8460	0,7485	0,8348	0,7765	0,8920	0,8255	0,8627	0,7907
Santa Mariana	0,7642	0,6900	0,8265	0,6816	0,7991	0,7134	0,8538	0,7515
Santa Amélia	0,6896	0,7586	0,7782	0,7422	0,7577	0,8056	0,7046	0,8136
Santa Cecília do Pavão	0,9165	0,7625	0,9218	0,7722	0,9345	0,7666	0,9033	0,7837
Santo Ant. do Paraíso	0,8060	0,7987	0,7698	0,7838	0,6620	0,7768	0,6456	0,7882
São Jer. da Serra	0,7874	0,5899	0,8180	0,6229	0,8333	0,6342	0,8357	0,6508
São Seb. da Moreira	0,8263	0,7537	0,8694	0,7442	0,7827	0,7701	0,7129	0,7969
Sapopema	0,7396	0,6837	0,7154	0,7146	0,7714	0,6852	0,7942	0,7536
Setaneja	0,8808	0,9002	0,8807	0,9078	0,9075	0,9000	0,9083	0,9081
Uraí	0,8838	0,8038	0,8837	0,8018	0,8847	0,8354	0,8809	0,8505

Tabelar4 – IFDM da Amostra dos Municípios

Considerando a análise apenas do ranking nacional, Santo Antônio do Paraíso foi o município que sofreu o maior retrocesso em 2016, perdendo 1.113 posições. Em contrapartida, o município de Nova América da Colina foi o que obteve o maior progresso, com um avanço de 2.374 posições no ranking.

De acordo com os parâmetros adotados pelo IFDM, todos os municípios do Norte do Paraná, tanto em 2013 quanto em 2016 estavam inseridos no nível moderado, com índices entre 0,6 e 0,8.

Considerando os índices de 2016 em relação aos de 2013, verifica-se que os municípios de Bandeirantes, Congonhinhas, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra, Sapopema e Sertaneja, avançaram em seus índices.

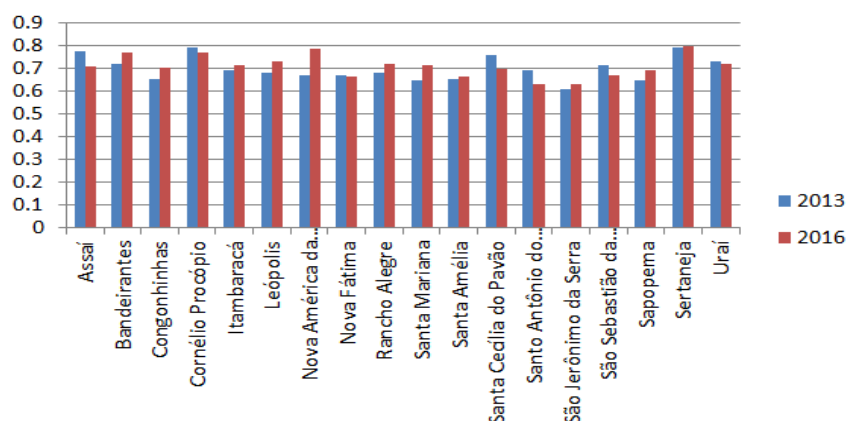


Gráfico 1 – Comparativo da Progressão dos Índices Municipais.

A correlação estatística entre os repasses para a educação e a saúde com os índices do IFDM foram dadas por meio do software STATA versão 12, trazendo um coeficiente de correlação (R). Este varia de -1 a 1 e quanto mais os valores se aproximam de 0, mostram que não houve correlação. Quanto mais próximos das extremidades, indica que houve uma maior correlação entre as variáveis, sendo elas positivas ou negativas.

Dentre as várias técnicas de interpretação dessa correlação entre as variáveis, serão utilizados os níveis de correlação de Franzblau (1958):

PARÂMETROS DE RESULTADO	CORRESPONDEM A CORRELAÇÃO DE GRAU:
Menores que 0,20	Negligenciável
Entre 0,20 e 0,40	Fraco
Entre 0,40 e 0,60	Moderado
Entre 0,60 e 0,80	Forte
Acima de 0,80	Muito Forte
Iguais a 1	Perfeito

Tabela 3 – Níveis de Correlação

O teste de correlação estatística foi efetuado em todas as amostras, trazendo os seguintes resultados:

ÁREAS	SAÚDE	EDUC
Assaí	0,3423	-0,8649
Bandeirantes	0,9878	0,9420
Congonhinhas	0,5734	0,8820
Cornélio Procópio	0,8441	0,9945
Itambaracá	0,9701	-0,2744
Leópolis	0,5048	-0,1701
Nova Amélia da Colina	0,5666	0,8727
Nova Fátima	-0,5433	0,9929
Rancho Alegre	0,5600	-0,0933
Santa Mariana	0,9304	0,7245
Santa Amélia	0,7034	0,8367
Santa Cecília do Pavão	0,0552	0,6041
Santo Antônio do Paraíso	-0,8515	-0,5141
São Jerônimo da Serra	0,8928	0,9725
São Sebastião da Moreira	-0,8898	0,9990
Sapopema	0,8332	0,5964
Setaneja	0,7961	0,2014
Uraí	0,5293	0,8025

	Negligenciável
	Fraco
	Moderado
	Forte
	Muito Forte

Tabela 2 – Resultado dos Testes Correlação

Do total de 18 (dezoito) municípios, 06 (seis) obtiveram correlação positiva muito forte na variável saúde, sendo eles: Bandeirantes, Cornélio Procópio, Itambaracá, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra e Sapopema. Em educação, 09 (nove) municípios trouxeram correlação muito forte na variável educação, sendo eles: Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Nova América da Colina, Nova Fátima, Santa Amélia, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira e Uraí. Apenas os municípios de Nova Fátima, Santo Antônio do Paraíso, São Sebastião da Amoreira e Uraí trouxeram resultados negativos em saúde. Assaí,

Itambaracá, Leópolis, Rancho Alegre e Santo Antônio do Paraíso trouxeram resultados negativos em educação.

Entre os demais municípios, em saúde, Santa Amélia e Sertaneja obtiveram correlação forte. Congonhinhas, Leópolis, Nova América da Colina alcançaram correlação moderada e Rancho Alegre e Assaí, correlação fraca e Santa Cecília do Pavão, resultado negligenciável.

Em educação, Santa Mariana e Santa Cecília do Pavão obtiveram correlação forte, Sapopema, obteve correlação moderada, Sertaneja obteve correlação fraca e nenhum município trouxe resultado negligenciável nessa variável.

O melhor resultado em educação entre as amostras foi o município de Bandeirantes, com 0,9878 e, em educação, o município de São Sebastião da Amoreira, com 0,9990.

Vale ressaltar que o município de Bandeirantes foi o que mais investiu em saúde, trazendo resultados positivos para o município. São Sebastião da Amoreira foi o município que teve melhor resultado em educação, sendo que, mesmo com um aumento não muito grande nos gastos neste setor durante esses quatro anos, obteve aumentos consideráveis nos índices de desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos estudos têm sido realizados em virtude da necessidade de se avaliar se os gastos públicos estão sendo bem alocados e se tal alocação surte efeitos, positivos ou não, nos serviços públicos.

Tais estudos buscam informar a sociedade a respeito da gestão dos recursos públicos pelos gestores, bem como alertar a gestão pública no que tange a forma como esses gastos estão ou não trazendo resultados, ou seja, se os mesmos estão atingindo o objetivo dos gestores.

A pesquisa utilizou-se de fontes bibliográficas para explicar a importância dos gastos sociais em suas respectivas áreas, bem como a razão dos resultados obtidos a partir das análises estatísticas.

A partir disso, o presente trabalho trouxe como questão a existência ou não de relação entre os gastos com educação e saúde dos municípios do Norte do Paraná com o desempenho municipal dos mesmos.

Após as amostras serem submetidas às análises estatísticas, foi possível analisar separadamente os resultados de cada município em seus respectivos graus de significância.

Concluiu-se então, que 33,33% dos municípios obtiveram correlação muito forte em saúde e 50% em educação. Em relação aos municípios que obtiveram resultados negativos, apenas 22,22% trouxe tal resultado em saúde e 27,78 em educação. Os demais municípios ficaram divididos entre os demais níveis de significância.

REFERÊNCIAS

- Abrahão, J. (2005). Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. *Educação & Sociedade*, 26(92), 841-858.
- Menezes-Filho, N. A., & Amaral, L. F. L. E. (2009). A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar. *XXXVI Encontro Nacional de Economia. Salvador (Bahia)*, 9.
- Biazzi, M. D., Muscat, A. R. N., & Biazzi, J. D. (2011). Process improvement model in public undergraduate education institutions. *Gest Prod*, 18(4), 869-80.

Camargo, J. M. (2003). Gastos sociais: focalizar versus universalizar.

Crozatti, J., de Oliveira Silva, C. E., Mahlmeister, R. S., Machado, G. S., Ferreira, F. A., & Serpa, A. M. (2018, November). O GASTO ORÇAMENTÁRIO DOS MUNICÍPIOS PAULISTA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: AVALIAÇÃO DO ELEMENTO DE DESPESA E O IDEB DE 2008 A 2017. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*.

da Silva, L. D. C., da Cruz, M. S., & Irffi, G. D. (2013). Gastos públicos e crescimento econômico: uma análise para os municípios paraibanos. *Revista Econômica do Nordeste*, 44(3), 741-760.

da Silva, G. S., & de Medeiros, A. L. (2018). Análise das Despesas Orçamentárias do Estado do Piauí de 2013 a 2016: Os Gastos com Despesas Correntes e de Capital. *Revista Cereus*, 10(1), 130-144.

de Almeida, A. T. C., & Gasparini, C. E. (2011). Gastos públicos municipais e educação fundamental na Paraíba: uma avaliação usando DEA. *Revista Econômica do Nordeste*, 42(3), 621-640.

de Carvalho, A. M. (2007). Políticas sociais: afinal do que se trata?.

Diniz, L. M. (2016). Avaliação de desempenho no setor público: uma análise de alocação orçamentário programa bolsa família e o desenvolvimento municipal.

Ervilha, G. T., Alves, F. F., & Gomes, A. P. (2013). Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. *Encontro de Economia Baiana*, 9, 106-124.

Estrella, J., & Ribeiro, L. M. (2008). Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 625-641.

Faria, F. P., de Martino Jannuzzi, P., & da Silva, S. J. (2008). Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública-RAP*, 42(1), 155-177.

Finkler, L., & Dell'Aglío, D. D. (2013). Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais. *Barbarói*, (38), 126-144.

Freire, V. R. B. P., da Costa Silva, S. S., Cavalcante, L. I. C., & Pontes, F. A. R. (2013). Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em dissertações e teses no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(3), 990-1009.

IFDM, Ano Base 2016, Jun/2018. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>>. Acesso em: 07/07/ 2019

IPARDES. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/>> Acesso em 07/07/2019.

Kerstenetzky, C. L. (2006). Políticas Sociais: focalização ou universalização?. *Brazilian Journal of Political Economy*, 26(4), 564-574.

KOHAMA, H. (1999). Contabilidade Pública: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2012. *Balancos públicos: teoria e prática*.--São Paulo: Atlas.

Kroth, D. C., & de Oliveira Gonçalves, F. (2020). O impacto dos gastos públicos municipais sobre a qualidade da educação: uma análise de variáveis instrumentais entre 2007 e 2011. *Planejamento e Políticas Públicas*, (53).

- Leite Filho, G. A., & Fialho, T. M. (2015). Efeitos dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros. In *CONGRESSO USP—CONTROLADORIA E CONTABILIDADE* (Vol. 15).
- Maia, A., VALLE, A. D., FROSSARD, L. D. M., Campos, L. K., Mélo, L., & CARVALHO, M. D. (2007). A importância da melhoria da qualidade do gasto público no Brasil: Propostas práticas para alcançar este objetivo. In *II Congresso Consad de Gestão Pública–Painel* (Vol. 32).
- Marinho, A. (2003). Avaliação da eficiência técnica nos serviços de saúde nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Revista brasileira de economia*, 57(3), 515-534.
- Marinho, A., Moreno, A. B., & Cavallini, L. T. (2001). Avaliação descritiva da rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Mateus, A. M. (2008). Concorrência, eficiência e saúde. *Seminários sobre novas perspectivas para o setor da saúde, Bioética*. Acesso em, 20. Acesso em: 27/04/2019.
- SILVA, M. D., SOUZA, F. D., Araujo, A. O., & Silva, J. D. G. (2014). Análises das despesas sociais do governo federal no período de 1988 a 2010. *HOLOS*, 6, 114-126.
- Garnelo, L. (2006). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, 22, 1115-1117.
- Monteiro, J. (2015). Gasto público em educação e desempenho escolar. *Revista Brasileira de Economia*, 69(4), 467-488.
- Panassol, P. E. (2018). Gastos educacionais e desempenho escolar em municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/187529> > Acesso em 04/05/2019.
- Pereira, G. A., & Moreira, T. B. D. S. (2016). A influência dos consórcios intermunicipais de saúde no índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM).
- Pereira, Saylson Alves. Direitos e políticas sociais no Brasil contemporâneo: no trade off entre exigibilidade e efetividade? XXIII Congresso Nacional CONPEDI/UFPB – João Pessoa, 5-8 novembro 2014. Disponível em < <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=975798660f9f5456> > Acesso em: 04/05/2019.
- de Queiroz, M. D. F. M., da Silva, J. L. M., de Souza Figueiredo, J., & do Vale, F. F. R. (2013). Eficiência no gasto público com saúde: uma análise nos municípios do Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, 44(3), 761-776.
- Ramos, João Gualberto Garcez; Esquivel, Carla Liliane Waldow. (2014). O Direito à Saúde como Direito Humano Fundamental e Universal no constitucionalismo brasileiro e os Últimos Desenvolvimentos na História da Saúde Pública Americana. *Revista Brasileira de Direito da Saúde*, n.6, janeiro-junho.
- Reis, L. F., & de Melo Junior, A. M. (2014). Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no estado do Paraná: um estudo comparativo do período de 2003 a 2010. *Acta Scientiarum. Education*, 36(2), 297-307.
- Sano, H., & Abrucio, F. L. (2009). Federalismo e articulação interestadual: o papel do CONSAD na política de modernização da gestão pública.
- Santos, João Alberto Neves; Batista, Valquíria Constâncio; Rizzo, Juliana Cretton; Brasil, Hellen dos Santos; Ferreira, Yasmine Braga. Avaliação dos Resultados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde, com Base na Aplicação dos Royalties do Petróleo nos Municípios da Bacia de Campos. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

Disponível em < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216884.pdf>> Acesso em: 12/05/2019.

- SILVA, L. L. D., SILVEIRA, S. D. F. R., COSTA, T. M. T. D., Faroni, W., & Ferreira, M. A. M. (2013). A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. *Revista de Ciências Humanas, Viçosa*, 13(1), 199-219.
- Silva, Soraia Santos; Triches, Divanildo. (2014) Uma Nota Sobre os Efeitos dos Gastos Públicos Federais Sobre o Crescimento da Economia Brasileira, RBE, v.68, n.4, p. 547/559, outubro-dezembro.
- Tarda, K. B., & Rodrigues, R. V. (2015). A influência dos gastos em educação no crescimento econômico da região administrativa de Campinas. *Revista Estudo & Debate*, 22(2).
- Viacava, F., Ugá, M. A. D., Porto, S., Laguardia, J., & Moreira, R. D. S. (2012). Avaliação de Desempenho de Sistemas de Saúde: um modelo de análise. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 921-934.
- Zoghbi, A. C., Mattos, E. M., Rocha, F. R. R., & Arvate, P. A. (2011). Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas. *Planejamento e políticas públicas*, (36).